



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 159ª reunião, realizada em 27 de outubro de 2021

1 Em 27 de outubro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ariel Chaves Santana
7 Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8 (Seapa); Marcelo Ladeira Moreira da Costa, da Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da
10 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Gilberto Henrique Horta de Carvalho,
11 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);
12 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
13 Mobilidade (Seinfra); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais
14 (PMMG); Felipe Faria de Oliveira, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
15 (MPMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e
16 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas
17 Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente
18 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).
19 Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, da Federação das
20 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da
21 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João
22 Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Hércio Neves da Silva
23 Júnior, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Mariana de
24 Paula e Souza Renan, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Lígia
25 Vial Vasconcelos, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Tobias
26 Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Rafael Maia
27 Nogueira, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio
28 Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Geraldo Majella
29 Guimarães, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais
30 (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
31 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Yuri Rafael de
32 Oliveira Trovão declarou aberta a 159ª reunião da Câmara Normativa e Recursal.
33 Em seguida, foram feitas exhibições de vídeos institucionais sobre as premiações
34 recebidas pelos órgãos do Sisema no Prêmio Gestão Ambiental, da ONG Zeladoria
35 do Planeta, sobre os seguintes temas: – Ação de educação ambiental do Parque
36 Estadual do Limoeiro; – Programa Diálogos com o Sisema; – Programa
37 Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi); – Sistema de Emissão de

38 Boletins e Alertas Meteorológicos, do IGAM. **3) COMUNICADOS DOS**
 39 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Mariana de Paula e Souza
 40 Renan: “Eu gostaria de agradecer a oportunidade. É a minha primeira vez
 41 participando aqui de um grupo tão nobre de conselheiros na CNR. E gostaria,
 42 presidente, de dizer que, embora não haja enquadramento do artigo 51 da DN
 43 177/2012, eu vou me abster nos itens 5.2 e 5.4, simplesmente pela razão que,
 44 enquanto servidora da SEMAD, eu participei, em algum momento, não desses
 45 processos, mas tratei dos empreendimentos que foram autuados nesses itens.
 46 Então só para deixar registrado, por gentileza, o motivo da abstenção.” Presidente
 47 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Mariana, seja bem-vinda, que a sua ação seja
 48 profícua neste Conselho. Você já faz parte da CMI conosco. Seja bem-vinda neste
 49 Conselho aqui também. Obrigado pela participação.” Conselheiro Rafael Maia
 50 Nogueira: “O item 7.1, da outra vez que ele veio em pauta, no ano passado, nós
 51 fizemos um parecer conjunto meu e da Amda. Nós tínhamos entrado em contato
 52 com a comunidade e até com o Ministério Público e tivemos manifestação deles de
 53 interesse em formar um grupo de trabalho. Isso não avançou, tem algum retorno
 54 sobre isso?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Acabou não avançando,
 55 por isso nós estamos retornando com esse processo em pauta, Rafael, justamente
 56 para estar dirimindo neste momento.” Conselheiro Rafael Maia Nogueira: “Você
 57 sabe por que não avançou?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não sei
 58 te informar, mas talvez por efeito de controle de legalidade. Como não houve o
 59 controle de legalidade, o entendimento pela SEMAD foi de retorno do mesmo para
 60 discussão.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Venho aqui colocar para os
 61 senhores conselheiros sobre o curso de capacitação, Práticas, o segundo curso,
 62 que já está disponível para os senhores conselheiros na plataforma Trilhas do
 63 Saber. Nós preparamos o curso com muito carinho, com muita dedicação. O curso
 64 é bem objetivo, didático. Então estamos trazendo essa informação para vocês e
 65 nos colocamos à disposição através do nosso e-mail
 66 ‘assoc@meioambiente.mg.gov.br’, o mesmo e-mail em que enviamos as
 67 convocações, caso tenham alguma dúvida, caso precisem de algum
 68 esclarecimento em relação a login e senha, ao acesso. No menu ‘COPAM, onde
 69 estão disponíveis os materiais inerentes às reuniões, tem um submenu
 70 ‘capacitação dos conselheiros’. Nesse submenu, tem todas as informações a
 71 respeito do primeiro curso. Para quem ainda não fez o introdutório, eu sugiro que
 72 o faça também. Esse curso Práticas, na realidade, é uma continuidade do curso
 73 introdutório, então vem com os regimentos do COPAM e tem um módulo
 74 específico que é do Sistema de Licenciamento Ambiental. A equipe da Dereg
 75 preparou sobre o SLA, já trouxe uma apresentação, com vídeo super esclarecedor
 76 de como o conselheiro acessa e todas as informações de processos que foram
 77 incluídos no Sistema de Licenciamento Ambiental. Então eu venho aqui fazer esse
 78 convite, carinhosamente, para que vocês possam estar acessando o curso e
 79 concluindo até o final, onde tem a emissão de certificado. Para quem já fez o
 80 primeiro, agora o segundo certificado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:

81 “É de suma importância a participação de todos nessa capacitação, até mesmo
 82 porque é um trabalho que os senhores desenvolvem aqui.” **4) EXAME DA ATA DA**
 83 **158ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 158ª reunião da Câmara
 84 Normativa e Recursal, realizada em 22 de setembro de 2021. Votos favoráveis:
 85 Seapa, Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, MPMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg,
 86 Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg, Ufla e
 87 Assemg. Ausência: ALMG. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME**
 88 **DE RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO. 5.1) Britasul Indústria e Mineração**
 89 **Ltda. Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento.**
 90 **Pouso Alegre/MG. PA 03156/2001/003/2010, AI 67018/2010. Apresentação:**
 91 **Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso deferido por maioria, contrariando
 92 o parecer da FEAM, que opinou pelo indeferimento. Votos favoráveis ao parecer
 93 da FEAM: Sede, Segov, Seinfra, PMMG, MPMG, AMM, Amda, Mover e Ufla. Votos
 94 contrários ao parecer da FEAM: Seapa, Crea, MMA, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI,
 95 Conselho da Micro e Pequena Empresa, Uemg e Assemg. Abstenção: ALMG.
 96 Justificativas de votos contrários. Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “Eu
 97 voto contrário no item 5.1 e favorável ao parecer nos demais. A justificativa do voto
 98 contrário é por entender que a empresa não descumpriu o prazo da DN 217.”
 99 Conselheiro Gilberto Henrique Horta de Carvalho: “Contrário por entender que
 100 estão prescritos.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Por entender que
 101 não houve descumprimento do prazo.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
 102 “Contrário por entender que os autos de infração em questão estão prescritos.”
 103 Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Contrário pelo mesmo motivo exposto
 104 pela Denise.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Voto contrário pelos mesmos
 105 motivos já expostos.” Conselheiro Hércio Neves da Silva Júnior: “Voto contrário.
 106 Todos os autos já estão prescritos. No caso do 5.1, eu queria dizer também que
 107 discordo de que o empreendedor perdeu os prazos. Além de prescrito, a meu ver,
 108 ele cumpriu, sim, com os prazos.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan:
 109 “Exceto pelo item 5.4, em que eu me abstenho, para os demais, eu considero os
 110 créditos não tributários ali discutidos prescritos. Voto contrário.” Conselheiro Rafael
 111 Maia Nogueira: “Voto contrário nos itens 5.1, 5.4, 5.5 e 5.6 por entender prescrição
 112 intercorrente e voto favorável no item 5.3.” Conselheiro Geraldo Majella Guimarães:
 113 “Voto contrário por entender os processos vencidos.” Justificativa de abstenção de
 114 voto. A conselheira Hircélia Reis Teixeira justificou sua abstenção por dificuldades
 115 de conexão quando da colocação dos processos em votação. **5.2) Minerita**
 116 **Minérios Itaúna Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento úmido, minério de**
 117 **ferro. Itatiaiuçu/MG. PA 00368/1989/041/2012, AI 66600/2012. Apresentação:**
 118 **Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos
 119 do parecer da FEAM. Votos favoráveis ao parecer da FEAM: Seapa, Sede, Segov,
 120 Seinfra, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, AMM, Amda, Mover e Ufla. Votos contrários
 121 ao parecer da FEAM: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Uemg e Assemg.
 122 Abstenção: Conselho da Micro e Pequena Empresa. Justificativas de votos
 123 contrários ao parecer da FEAM. Conselheiro Gilberto Henrique Horta de Carvalho:

124 “Contrário por entender que está prescrito.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
 125 “Voto contrário tendo em vista que o auto está prescrito.” Conselheiro João Carlos
 126 de Melo: “Voto contrário por estar prescrito.” Conselheiro Hércio Neves da Silva
 127 Júnior: “Voto contrário, primeiramente porque considero prescrito. E aqui só um
 128 comentário: eu acho que a fiscalização tem que ter também um pouco mais desse
 129 caráter educacional, didático. Eu sei o que é ser fiscalizado, eu sei que como
 130 empreendedor na hora a gente não lembra de nada, não aparecem ideias. Então
 131 nesse caso, além de prescrito, faltou um pouquinho de bom entendimento por parte
 132 da fiscalização.” Conselheiro Rafael Maia Nogueira: “Voto contrário, pela
 133 prescrição. Conselheiro Geraldo Majella Guimarães: Voto contrário por entender o
 134 processo prescrito.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Contrário pela
 135 mesma justificativa da Denise (representante da Fiemg).” Justificativa de
 136 abstenção. Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Abstenção pelos
 137 motivos já colocados.” **5.3) BRF S/A. Preparação do leite e fabricação de**
 138 **produtos de laticínios. Sabará/MG. PA/CAP 437885/2016, AI 89069/2015.**
 139 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por
 140 maioria nos termos do parecer da FEAM. Votos favoráveis ao parecer da FEAM:
 141 Seapa, Sede, Segov, Seinfra, PMMG, MPMG, MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg e
 142 Ufla. Votos contrários ao parecer da FEAM: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI,
 143 Conselho da Micro e Pequena Empresa e Assemg. Abstenção: ALMG.
 144 Justificativas de votos contrários ao parecer da FEAM e de abstenção conforme
 145 registradas no item 5.1, em votação em bloco. **5.4) Gandarela Minérios Ltda.**
 146 **Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta. Barão de Cocais/MG. PA**
 147 **00028/2002/006/2010, AI 8079/2010. Apresentação: Núcleo de Auto de**
 148 **Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do parecer da
 149 FEAM. Votos favoráveis ao parecer da FEAM: Seapa, Sede, Segov, Seinfra,
 150 PMMG, MPMG, MMA, AMM, Amda, Mover e Ufla. Votos contrários ao parecer da
 151 FEAM: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Uemg e Assemg. Abstenções: ALMG e
 152 Conselho da Micro e Pequena Empresa. Justificativas de votos contrários ao
 153 parecer da FEAM: registradas no item 5.1 em votação em bloco. Justificativa de
 154 abstenção da ALMG: registrada no item 5.1 em votação em bloco. Justificativa de
 155 abstenção do Conselho da Micro e Pequena Empresa: registrada no item
 156 ‘Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais’. **5.5) MSM Mineração Serra**
 157 **da Moeda Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento úmido, minério de ferro.**
 158 **Itabirito/MG. PA 00019/1993/007/2011, AI 67106/2010. Apresentação: Núcleo**
 159 **de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do
 160 parecer da FEAM. Votos favoráveis ao parecer da FEAM: Seapa, Sede, Segov,
 161 Seinfra, PMMG, MPMG, MMA, AMM, Amda, Mover e Ufla. Votos contrários ao
 162 parecer da FEAM: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena
 163 Empresa, Uemg e Assemg. Abstenção: ALMG. Justificativas de votos contrários
 164 ao parecer da FEAM e de abstenção conforme registradas no item 5.1, em votação
 165 em bloco. **5.6) Itamix Ltda. Extração de rocha para produção de britas com ou**
 166 **sem tratamento. Barão de Cocais/MG. PA 00025/1997/006/2011, AI**

167 **67092/2010. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso
 168 indeferido por maioria nos termos do parecer da FEAM Votos favoráveis ao parecer
 169 da FEAM: Seapa, Sede, Segov, Seinfra, PMMG, MPMG, MMA, AMM, Amda,
 170 Mover e Ufla. Votos contrários ao parecer da FEAM: Crea, Fiemg, Faemg, Ibram,
 171 CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Uemg e Assemg. Abstenção: ALMG.
 172 Justificativas de votos contrários ao parecer da FEAM e de abstenção conforme
 173 registradas no item 5.1, em votação em bloco. **5.7) Café Dom Pedro Ltda.**
 174 **Torrefação e moagem de grãos. Vespasiano/MG. PA 01618/2003/003/2010, AI**
 175 **8574/2010. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Processo
 176 retirado de pauta com pedido de vista da Câmara do Mercado Imobiliário.
 177 Justificativa. Conselheiro Hélcio Neves da Silva Júnior: “Em que pese ser um
 178 processo bem antigo, eu gostaria de dar uma analisada nas alegações do
 179 empreendedor mais profundamente.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
 180 **EXAME DE RECURSO PARA EXCLUSÃO DE CONDICIONANTES DE**
 181 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Confecções Children Ltda.**
 182 **Lavanderias industriais com tingimento, amaciamento e outros acabamentos**
 183 **em roupas, peças de vestuário e artefatos diversos de tecidos. São João**
 184 **Nepomuceno/MG. PA 020605/2011/004/2016. Condicionantes 3, 4 e 5. Classe**
 185 **6. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Processo retirado de pauta com pedido
 186 de vista do Conselho da Micro e Pequena Empresa e vista conjunta de Fiemg,
 187 Câmara do Mercado Imobiliário e Ibram. Justificativas. Conselheira Mariana de
 188 Paula e Souza Renan: “Eu vou solicitar vista ao processo e justifico tendo em vista
 189 que a empresa teve a sua renovação da Licença de Operação deferida, no entanto,
 190 foi indeferido o pedido de intervenção que acompanhou esse processo
 191 administrativo. E por alegação recursal do interessado me parece que houve
 192 também uma autorização dessa intervenção na área de APP, essa autorização
 193 municipal. Então é necessário verificar esse recurso com mais calma.” Conselheira
 194 Denise Bernardes Couto: “Eu também peço vista neste processo pelas razões já
 195 colocadas pela conselheira Mariana.” Conselheiro Hélcio Neves da Silva Júnior:
 196 “Eu vou pedir vista em conjunto com a Fiemg. O processo é meio complicado,
 197 parece que tem dois entes licenciadores, eu acho que cabe uma análise
 198 aprofundada do processo.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu gostaria de pedir
 199 vista deste processo também pelos mesmos motivos já comentados.” **7)**
 200 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO PARA**
 201 **EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO:**
 202 **7.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais**
 203 **metálicos, exceto minério de ferro. Riacho dos Machados e Porteirinha/MG.**
 204 **PA 011961/2009/005/2013. Processo Híbrido SEI 1370.01.0012683/2021-45,**
 205 **ANM 831.005/1982 e 833.480/2006. Condicionante nº 19. Classe 6.**
 206 **Apresentação: Supram Norte de Minas.** Recurso deferido por maioria nos termos
 207 do parecer da Supram Norte de Minas. Votos favoráveis: Sede, Segov, Crea,
 208 Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Conselho da
 209 Micro e Pequena Empresa e Assemg. Votos contrários: MPMG, Amda, Mover e

210 Uemg. Ausências: Seapa e Ufla. Justificativas de votos contrários. Conselheiro
 211 Felipe Faria de Oliveira: “Voto contrário ao parecer. A justificativa: todos os
 212 obstáculos mencionados pela equipe técnica são facilmente superados, facilmente
 213 justificados, no momento da aferição do cumprimento da condicionante.”
 214 Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Voto contrário pelos motivos expostos aqui
 215 na reunião e no meu parecer de vista.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Voto
 216 contrário por entender que não há problema nenhum de essa interlocução
 217 acontecer entre empresa e comunidade. Eu acho um prejuízo isso não acontecer
 218 e nós não garantimos isso para a comunidade.” Conselheiro Rafael Maia
 219 Nogueira: “Voto contrário pelos motivos expostos aqui e no parecer.” Transcrição
 220 das apresentações e debates que antecederam a votação do processo, conforme
 221 solicitado pela Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Esse
 222 processo foi retirado de pauta no dia 25/11/2020. Na época que esse processo
 223 havia sido pautado, havia um retorno de vista pelo Rafael Nogueira, representante
 224 da Uemg, pela Denise Couto, representante da Fiemg, João Carlos, do Ibram,
 225 Silvia Freitas, do Conselho da Micro e Pequena Empresa, e o André Luiz Mendes,
 226 representantes do Mover. Então esse processo havia sido pedido vista, havia
 227 retornado. Em virtude das solicitações de vista e outras solicitações que foram
 228 feitas à secretária, o processo foi retirado de pauta para algumas tratativas junto
 229 ao empreendedor e junto até mesmo àquelas pessoas que estariam envolvidas. E
 230 também foi aventada à época a possibilidade de essa condicionante incorrer em
 231 uma ilegalidade e, por conseguinte, estar sujeita ao controle de legalidade exercido
 232 pelo presidente do COPAM. Demorado esse tempo, não houve outros
 233 andamentos, então esse processo está retornando para discussão. E assim fica,
 234 caso os representantes que pediram vista naquela época, o prazo de dez minutos,
 235 podendo ser prorrogado para cada um a critério nosso, dada a complexidade, para
 236 suas manifestações. O Rafael, pela Uemg, já solicitou a manifestação.”
 237 Conselheiro Rafael Maia Nogueira: “À época que veio essa demanda, eu
 238 juntamente com a conselheira Lígia, também aqui presente, nós fizemos uma
 239 conversa com representantes da comunidade local e até com as equipes do
 240 Ministério Público. Eu tenho até aqui as cópias do que nós anexamos. O Ministério
 241 Público, nas pessoas do Dr. Saulo, da Dr. Shirley, manifestando interesse. Nós
 242 tivemos a manifestação da comunidade. E a condicionante, além desses dois,
 243 solicitava a participação do empreendedor e da Secretaria. Então eu não vi uma
 244 dificuldade para cumprimento da condicionante em si, que é o que ele alega de
 245 dificuldade de cumprimento da condicionante porque demandaria imposição a
 246 terceiros. No caso específico, tinha manifestação de interesse de participação,
 247 então não haveria a dificuldade. E na realidade, quando fizemos a conversa com
 248 os representantes da comunidade local, existia mesmo uma grande dúvida sobre
 249 essa questão, que eles alegam que não existiria alteração na extração em si, e na
 250 realidade o que eles alegavam é que estaria chegando a cerca de 400 m de uma
 251 das comunidades que ficam próximas. A um quarteirão de onde está a comunidade
 252 a cava já chegaria. Eu entendo que é muito importante que haja esse diálogo entre

253 empresa e comunidade, até mesmo para a empresa, para que ela não tenha
254 problemas futuramente até de dano mesmo com a comunidade. Então eu não
255 entendi até por que isso não avançou, não sei se a empresa está esperando o
256 julgamento desse recurso aqui para instituir ou não o grupo de trabalho, mas não
257 vejo problema em manter a condicionante. É claro que conversamos um ano atrás,
258 então eu não sei como os representantes da comunidade e o Ministério Público da
259 região estão se manifestando atualmente. Até às vezes o conselheiro Dr. Felipe
260 possa falar alguma coisa sobre essa questão em si. Eu não sei se ele teve essa
261 conversa. Mas eu entendo que poderíamos manter tranquilamente a
262 condicionante, que ela vai ser cumprida, e vai ser um ganho para a sociedade na
263 medida em que vai existir um diálogo entre a empresa e a comunidade que está
264 no entorno da cava. É isso que eu queria posicionar.” Conselheira Lígia Vial
265 Vasconcelos: “Rapidamente, só para complementar a fala do Rafael. Além do que
266 foi colocado por ele das dificuldades que a empresa alegou para cumprir a
267 condicionante, só lembrar aos conselheiros que uma outra dificuldade foi questão
268 de cumprimento, de como a Supram faria para atestar o cumprimento dessa
269 condicionante. E aí no âmbito do nosso parecer nós sugerimos uma alteração do
270 texto da condicionante para facilitar que ficasse mais tangível a aferição do
271 cumprimento dessa condicionante. Nós podemos, inclusive, depois ler a sugestão
272 de alteração da condicionante. E por fim lembrar que, quanto a essa questão que
273 você mencionou, Yuri, de controle de legalidade, por impor uma obrigação a
274 terceiros, talvez colocar um grupo que seria alguma coisa paralela, talvez a
275 Secretaria de Meio Ambiente, a Fiscalização. Eu acho que colocamos no nosso
276 parecer que esse grupo de acompanhamento pela comunidade, pelo Ministério
277 Público, a condicionante não coloca em momento algum, e ele não teria qualquer
278 poder de fiscalização, de multar ou de estabelecer qualquer penalidade para a
279 empresa. É uma iniciativa para amadurecer a relação com o empreendimento e a
280 comunidade. Eu acho que pusemos isso no nosso parecer, e o Rafael já colocou,
281 que é uma tentativa de minimizar os conflitos e melhorar a qualidade de vida das
282 pessoas que ali residem. Eu acho que, independente dos excessos, que sejam da
283 comunidade, da empresa, de fato, existe ali um conflito dado que tem que ser
284 resolvido, e nós achamos que não tem nenhum prejuízo em manter. Pelo contrário,
285 eu acho que o grupo de trabalho possa contribuir. Afinal, nós estamos falando de
286 uma cava a 400 m da moradia dessas pessoas. Então eu acho que temos que nos
287 colocar no lugar e ver que não é uma situação, de fato, fácil. Então eu acho que
288 não tem nenhum problema em ampliar o diálogo com essas pessoas no âmbito de
289 um grupo de trabalho, que, como dissemos, não tem nenhum poder de fiscalização,
290 de multa. Absolutamente, não é essa a intenção. E na nossa condicionante até
291 modificamos dizendo que pode ser encaminhado ao órgão ambiental um relatório
292 das reuniões desses grupos de trabalho, para que possa ser aferido o cumprimento
293 dessa condicionante, para que assim a empresa tenha essa segurança de que não
294 vai haver essa dificuldade de aferir esse cumprimento. Então eu só queria fazer
295 essa complementação.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “O nosso relato de

296 vista foi um relato conjunto de Fiemg, Ibram e do Conselho da Micro e Pequena
 297 Empresa, e nós nos colocamos contrários à manutenção dessa condicionante, nós
 298 somos pelo deferimento do pleito do empreendedor, até mesmo de acordo com o
 299 parecer da própria Supram, que também é pela exclusão, uma vez que
 300 entendemos que, realmente, não tem como colocar uma obrigação numa
 301 condicionante para que a empresa cumpra, colocando terceiros que não estão,
 302 como se diz, sob a sua alçada. Como é que vamos obrigar a empresa a fazer isso,
 303 e depois ela não tem como. Ela pode cumprir, sim, obrigações que são voltadas a
 304 ela, que estão dentro da alçada dela, mas não com terceiros. Não que não tenham
 305 nada a ver com o processo, nós sabemos que têm, a comunidade, mas não estão
 306 ali na alçada da empresa, onde ela tem que ter essa obrigatoriedade de cumprir o
 307 que necessita cumprir nas suas condicionantes. Agora você ter que obrigar
 308 terceiros a participarem de um grupo de trabalho? E se essas reuniões não
 309 ocorrerem, e se ocorrer que alguém, alguma pessoa queira, como se diz, 'hoje eu
 310 não posso, amanhã eu não posso'? Desculpa, mas isso acontece. E aí vai
 311 acontecer que a reunião nunca vai ocorrer, porque pode ter pessoas que vão travar
 312 a ocorrência dessas reuniões. Isso pode acontecer. E aí como é que a empresa
 313 vai comprovar o cumprimento de uma condicionante dessa forma, sendo que um
 314 terceiro que não está sob o guarda-chuva dela pode, por exemplo, não deixá-la
 315 cumprir a condicionante? Então para nós isso é muito problemático, e nós estamos
 316 de acordo com o parecer da Supram, que é pelo deferimento do recurso do
 317 empreendedor." Conselheiro João Carlos de Melo: "Eu acho que a Denise já
 318 expressou exatamente o que diz esse grupo que fez o pedido de vista. É muito
 319 complexa uma avaliação de quem não está diretamente participando do fato. Ou
 320 seja, um grupo extemporâneo, exatamente aquela questão, não participou de todos
 321 os fatos, não conhece a origem. Só de uma avaliação. Por mais boa vontade, por
 322 mais capacidade que tenha, caso seja esse grupo alheio ao processo, não vai
 323 chegar a uma conclusão. Em determinado momento não vai comparecer à reunião
 324 por um motivo ou por outro. Eu concordo com o parecer já emanado pela própria
 325 Supram Norte, em função, especificamente, basicamente, desses dados. E
 326 também pelo que já foi comentado pela Denise." Conselheira Mariana de Paula e
 327 Souza Renan: "Eu só gostaria de ressaltar, em complementação ao que a Denise
 328 colocou, o seguinte: nós estamos diante de um processo de expansão de cava cujo
 329 objetivo único, segundo o empreendedor, e como foi colocado na CMI, é
 330 estabilidade e segurança daquele território. Não vai haver nenhum aumento de
 331 produção. E me causa uma certa estranheza, além de tudo que foi colocado, claro,
 332 com o envolvimento de terceiros etc., se estabelecer uma condicionante em função
 333 de um grupo de discussão. Sem desmerecer o que a Lígia falou, que é
 334 extremamente importante, que temos comunidades próximas, temos que dar
 335 ouvido, conversar com o empreendedor, cientificá-lo do que está acontecendo,
 336 mas isso nos trâmites do processo administrativo já certamente foi feito. Não tenho
 337 grandes conhecimentos da expansão da cava, se eu estiver falando alguma coisa
 338 errada, me corrijam, mas eu vejo que é uma condicionante que anda

absolutamente em contrário do que foi estabelecido ali como atividade principal e objeto do que foi licenciado. Então eu não vejo algum vínculo entre essa condicionante e o que o empreendedor faz em busca de estabilidade e segurança territorial e também toda essa dificuldade que foi colocada. Me causa uma certa estranheza o estabelecimento dessa condicionantes, e por isso, como a Denise falou, nós nos posicionamos favoráveis à exclusão, por esses motivos.”

Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Estamos no mesmo entendimento que a Lígia falou, ainda não vemos que isso trará problemas para a empresa, eu vejo que isso pode, sim, acontecer, e a comunidade ser cientificada dos fatos. Eu acho que não vejo problema. Entendo também a opinião do órgão, mas não vejo óbice também de manter essa condicionante.”

Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu só queria fazer algumas reflexões e contribuições com essa discussão. O Ministério Público não tem um parecer de vista, mas me parece que, pela leitura do parecer da equipe técnica, as dificuldades seriam de aferição do cumprimento dessa condicionante que foi colocada no licenciamento ambiental, em especial essa questão de impor ou não obrigação a terceiros. Talvez por causa da forma como está a redação. Particularmente, eu não vejo nenhum óbice a nenhuma dessas questões. Só para discutir isso com os colegas, com os demais conselheiros. Em primeiro lugar, havendo uma demonstração de que o empreendedor fez um convite, e a não realização de qualquer ato é atribuída a uma terceira pessoa, seguramente, a equipe técnica do órgão ambiental nunca vai reputar um descumprimento por culpa do empreendedor. Então essa é uma questão que já é facilmente resolvida, na minha opinião. Então, quer dizer, nesse caso o que é necessário é que haja uma mobilização para criação. Se o Ministério Público vai, se os representantes da comunidade vão ou não, isso é uma outra discussão, que é atribuída, exclusivamente, a eles. Além disso, já tivemos um caso concreto com a manifestação de interesse por diversos atores que constam na redação da condicionante, inclusive, o próprio Ministério Público. Esse ponto é facilmente resolvido, e, se for o caso, podemos resolver, para trazer ainda mais insegurança jurídica, muito embora, particularmente, eu entenda que não exista essa insegurança, já que atos atribuídos a terceiros não vão gerar descumprimento da condicionante, podemos trabalhar na redação para que isso fique mais evidenciado. Eu entendo a preocupação da conselheira Denise no seguinte sentido: ‘Como é que vai ser a condução desse processo desse grupo de discussão? Um não vai poder tal dia, outro não vai poder outro dia. Como é que vai ser para poder materializar?’ E essa discussão eu acho que é muito positiva. A mesma coisa pode ser feita com relação à redação. Eu até gostaria de ouvir a redação proposta pela Amda. Mais uma sugestão que é facilmente também factível para resolver essa questão é que haja uma instituição que seja a responsável por presidir a condução desses trabalhos. Nós já tivemos situações iguais a essa em outros locais, em outros empreendimentos, em que a Supram local ficou responsável pela condução. A condução, basicamente, era o quê? Estabelecimento de data, fazia os contatos, e a discussão efetiva acontecia entre

382 aqueles que poderiam comparecer naquela data que foi agendada pela Supram.
383 Eu fiz menção à Supram porque acho que seria a instituição mais lógica, é uma
384 instituição do órgão ambiental. Então eu acho que ainda ficaria mais fácil. Cabendo
385 ao empreendedora, então, todos os meios necessários para possibilitar a Supram
386 realizar a construção desse trabalho, às expensas, obviamente, do
387 empreendimento. Eu acho então que aqueles pontos que foram levantados pela
388 equipe técnica no parecer têm como endereçar para que haja a tranquilidade para
389 o empreendedor no que se refere à segurança jurídica. Eu só queria trazer aqui um
390 ponto adicional que é o seguinte, para não me alongar demais: nós estamos
391 falando de um empreendimento que gera uma área muito sensível, tem uma
392 relação próxima com a comunidade, existem impactos ali. E na verdade ninguém
393 melhor do que aqueles que são impactados para poder falar quais são os impactos.
394 Acho que essa discussão plural, democrática, é muito importante. E neste
395 momento o texto da condicionante encaminha exclusivamente para isso, para o
396 ambiente de discussão, para que possam ser ouvidos diversos atores. Eu acho que
397 temos que refletir talvez, e aí é só uma reflexão, talvez esses ambientes de
398 discussões não sejam sequer contrários ao empreendimento, podem ser muito
399 favoráveis, porque eles podem possibilitar ao empreendedor identificar onde estão
400 os problemas, que muitas vezes são problemas de fácil resolução, muitas vezes
401 só falta uma ponte para que haja a identificação correta, uma depuração e um
402 ambiente ali para que haja a própria explicação pelo empreendedor às
403 comunidades impactadas. Então eu acho que essa condicionante vem em boa hora
404 na perspectiva de trazer uma aproximação das pessoas, sendo possível
405 internalizar esses relatos, internalizar essas manifestações. E eu acho que se
406 houver, de fato, um receio por parte do Colegiado, conseguimos aprimorar esse
407 texto. Em resumo, essas são as duas considerações.” Conselheira Lígia Vial
408 Vasconcelos: “A minha manifestação vai de encontro com o que o Dr. Felipe falou.
409 Eu só queria reiterar que eu acho que em muitas outras condicionantes aqui no
410 COPAM são impostas obrigações ao empreendedor que envolvem terceiros e nem
411 por isso deixamos de impor as condicionantes. Eu acho que nesse caso, Denise,
412 eu entendo a sua preocupação, mas acho que da forma como foi proposta a
413 condicionante eu não vejo que haverá descumprimento, por exemplo, se o
414 representante da comunidade deixar de ir. Eu vou ler a condicionante que nós
415 propusemos. Mas propomos que seja encaminhada a ata da reunião do GT. Se o
416 representante da comunidade não foi, simplesmente vai constar na ata que o
417 representante da comunidade não compareceu à reunião na data marcada. Então
418 eu acho que é uma forma, como o Dr. Felipe falou, de tentar minimizar os conflitos
419 e de propor soluções. Como nós colocamos no nosso parecer, não é uma forma
420 de causar penalidade, não é um grupo de fiscalização, eu acho que é uma forma
421 de sensibilização, acho que estamos falando de uma comunidade que está sendo
422 afetada pela empresa, isso é fato, e não vejo qualquer problema em abrir um
423 diálogo ainda maior com a participação do órgão ambiental e do próprio
424 empreendedor nesse grupo de discussão. Na redação da condicionante não

425 colocamos quem que deverá presidir esse grupo de trabalho, mas podemos
426 acrescentar. De qualquer forma, eu vou ler para que tenhamos uma base para
427 iniciar as discussões. Nós propusemos o seguinte: 'Deverá ser instruído grupo de
428 discussão e acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e
429 indiretos às comunidades do entorno da cava, formado pelo empreendedor,
430 Supram, um representante da comunidade Ouro Fino, um representante da
431 comunidade Mumbuca, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,
432 um representante da ONG Ecos do Gortuba, um representante do Comitê da
433 Bacia do Rio Verde Grande, um representante da Comissão Pastoral da Terra do
434 entorno e Ministério Público de Minas Gerais. Após instituído, o grupo de discussão
435 se reunirá, a priori (nós colocamos 'a priori' porque isso pode mudar
436 posteriormente, de acordo com a decisão do grupo), mensalmente, devendo a
437 primeira reunião ser realizada antes do início das atividades autorizadas. O objetivo
438 do grupo é aumentar o diálogo entre empresa, comunidade e órgão ambiental,
439 sendo espaço para exposição de problemas relacionados ao empreendimento e
440 proposição de soluções de mitigação, compensação e monitoramento dos
441 impactos gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento.
442 Deverão ser encaminhados ao órgão ambiental, para fins de cumprimento da
443 condicionante, as atas das reuniões. Prazo: duração de 12 meses após a
444 concessão da autorização de expansão da cava.' Essa foi a proposição. Acho que
445 estamos dispostos a trabalhar nesse texto." Conselheira Denise Bernardes Couto:
446 "Eu entendo perfeitamente a preocupação, não falo que não é válida, porque é
447 válida, sim, a questão de relacionamento com comunidade tem que existir. Não
448 estou falando que não tenha, é de suma importância. Mas não acho que tenha que
449 ser feita assim, dessa forma, como instituição de uma condicionante. E vamos falar
450 a verdade, toda vez que uma condicionante foi instituída colocando uma obrigação,
451 colocando um terceiro no meio dessa obrigação, não deu certo. Um caso clássico,
452 existe uma empresa que teve 'n' condicionantes, e uma delas foi instalar um
453 sistema de tratamento de água em determinada comunidade. Foi instituído isso
454 para a empresa. Agora para a empresa poder instalar um sistema de tratamento
455 de água dentro dessa comunidade, ela dependeria de quê? De terceiros. Que
456 seriam quem? A comunidade. Até hoje a condicionante não conseguiu ser
457 cumprida. Por quê? Porque não deixam a empresa entrar na comunidade para
458 poder fazer a instalação do sistema que foi imputado a ela fazer através de uma
459 condicionante. Então por isso que eu falo que temos que ter cuidado com
460 condicionantes colocadas colocando terceiros dentro dessas obrigações, porque a
461 dificuldade para se cumprir, para a empresa cumprir, é imensa. E depois se pode
462 falar 'mas ela pode pedir exclusão de condicionantes'. É o que está acontecendo
463 aqui agora, com argumentos para tirar ou para não tirar, e aí se não tira a empresa
464 acaba sendo penalizada porque não consegue cumprir a condicionante porque às
465 vezes o terceiro não permite. Então eu entendo as preocupações, acho que o
466 relacionamento com a comunidade tem que existir, com certeza, a empresa faz
467 isso, mas não deve ser instituído assim dessa forma como condicionante

colocando terceiro no meio disso. Porque a empresa não tem como gerir essa situação. Então reforço mais uma vez, eu sou pelo deferimento do pedido do empreendedor e até mesmo eu queria depois ouvir, depois de toda essa discussão com os conselheiros, o próprio posicionamento da Supram, o que ela entende sobre isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Denise. Inclusive, eu já entrei em contato com a superintendente para se manifestar quanto à pertinência da possibilidade da sugestão feita pelo Dr. Felipe. Nós vamos dando sequência aqui e, posteriormente, nos manifestamos.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Eu vou falar rapidamente, que eu já fiz a minha exposição sobre o caso, mas, como conselheira, eu entendo de grande responsabilidade, dentre outras tantas que nós temos, também o estabelecimento de medidas condicionantes que venham acompanhar o processo de licenciamento. Nós estamos falando de uma condicionante específica estabelecida no processo de AIA, precisamos verificar esse contexto. Nós temos também um trâmite já avançado, depois de muitos anos, de uma Lei Geral de Licenciamento que vem nos auxiliar, ao que tudo indica, principalmente nesse ponto, porque o texto que hoje tramita já passou por uma aprovação de uma das Casas federais. Não podemos estabelecer condicionantes cabalísticas, contrárias, em desacordo com o objeto do processo administrativo em debate, mas efetivas, eficazes, que venham a contribuir, de fato, em mitigar efeitos e estabelecer uma sustentabilidade ambiental dos processos de desenvolvimento que estão ali licenciados. Então eu me vejo diante de uma condicionante em processo de AIA, como eu disse, que foi necessário diante de uma expansão de cava, que não vai haver aumento de produção, ou seja, não vai ter emissão sonora, de particulados e outros problemas. Claro que nós não estamos lá, e o Dr. Felipe tem toda razão, ninguém melhor para falar dos impactos que os impactados. Mas, de fato, é uma expansão de cava única e exclusivamente cujo objetivo é trazer estabilidade e segurança para aquele território, inclusive, também, eu tenho certeza, preocupados com aquelas comunidades, essa preocupação com a comunidade próxima em trazer a segurança para aquele território. Então eu tenho ainda dificuldade de entender a razão de se inserir essa condicionante. Sem dúvida, eu e os colegas aqui do parecer conjunto não diminuimos a importância de ouvir essas comunidades, mas entendo que num processo administrativo, que lamentavelmente não tenho tanto conhecimento, existem outros artifícios de outros caminhos já estabelecidos legalmente para isso, temos que tomar cuidado no estabelecimento de exauros e que não sejam efetivos. Porque, para mim, dar todo esse trabalho talvez para o empreendedor, o motivo é louvável, mas aí um ou outro, já que envolve terceiros, não aparece, e vamos ter uma ata, então qual o porquê dessa condicionante? Por que não estabelecer isso de forma separada do processo? Quem sabe o órgão público responsável pelo licenciamento ou outros envolvidos queiram fazer um evento local, talvez com apoio do MP. Existem várias outras formas de se estabelecer isso do que simplesmente colocar uma condicionante que mais parece um livro de dispensa com obrigação que o empreendedor, por mais que se desdobre, pode ser que ele não consiga fazer. E

511 que destoa do objetivo que ele pediu a licença também. Acho que isso nós aqui
512 precisamos refletir em conjunto sobre o que fazer.” Conselheira Verônica Ildefonso
513 Cunha Coutinho: “A Mariana pontuou algo que era o que eu pretendia levantar que
514 é a eficácia, a eficiência de uma condicionante como essa. É extremamente
515 louvável, e há que se ter um canal aberto de comunicação com a comunidade. Isso
516 é indiscutível. Contudo, ele tem que ser eficiente, tem que funcionar. E a
517 condicionante, do jeito que está redigida, não me parece que vá proteger os
518 interesses. Foi levantada aqui a questão da segurança jurídica, não há segurança
519 jurídica na redação dessa condicionante. Isso cai facilmente, se eles, depois aqui
520 tiverem o recurso indeferido, no recurso judicial, porque não há como, dentro de
521 um processo de licenciamento, em uma condicionante de licenciamento, se obrigar
522 terceiros que não fizeram parte daquela discussão, a atuar de alguma forma. Ok
523 que pode ser que, caso não participem da reunião etc. ou o que for, não vá
524 prejudicar o empreendedor no sentido de que, se considerada a condicionante não
525 cumprida... Mas qual o sentido então? Se o sentido é abrir um canal de
526 comunicação com a comunidade, se eu não consigo obrigar o terceiro a participar
527 e aí não vou conseguir obrigar o empreendedor a cumprir, qual o sentido dessa
528 condicionante? Ela não tem sentido nenhum, ela não tem valia nenhuma. O
529 objetivo dela, a ideia dela, pode ser, mas a forma como ela está redigida, a forma
530 como ela foi posta não funciona e cai facilmente judicialmente. Então ou a gente
531 desenha algo que é realmente eficaz ou vai ficar como inúmeras normas que temos
532 que estão só no papel, para inglês ver.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Mais
533 uma vez, nós estamos aqui para tentar aprimorar o texto que veio à CNR. Eu até
534 acho que tem eficácia, a eficácia é você disponibilizar às pessoas interessadas a
535 participação. É claro que não vamos compelir, que não vão ser compelidos agentes
536 externos, e esses agentes externos compelidos assim poderiam realmente ajuizar
537 uma ação judicial. Mas o que eu ia pontuar é se seria possível para a Lígia jogar
538 no chat, porque estamos aqui falando sobre algumas fragilidades talvez do texto
539 que foi objeto de recurso, mas eu acredito que talvez várias dessas preocupações
540 ou senão a totalidade delas podem ser endereçadas por meio de uma redação
541 alternativa. E aí eu acho que talvez essa redação proposta pela Amda possa ser
542 um caminho para que a gente traga essa tranquilidade para a aferição do
543 cumprimento da condicionante, se, obviamente, a Lígia concordar.” Presidente Yuri
544 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou fazer isso, Dr. Felipe, aquela regra que nós
545 temos no direito tantum devolutum, quantum appellatum, então tenho que devolver
546 aquilo que foi objeto do recurso. Estamos discutindo aquela proposição ainda.
547 Então eu vou esgotar aquela proposição. Caso os senhores entendam que
548 podemos colocar aqui, eu acho que, como estamos discutindo essa condicionante,
549 nós podemos também estar propondo e votando uma alteração dessa
550 condicionante, sem problema algum. Mas eu quero esgotar essa condicionante até
551 mesmo porque nós temos também o empreendedor inscrito, nós temos
552 representante do empreendedor inscrito. E aí nós podemos manifestar em relação
553 a esses dois pontos. Eu posso falar que, em relação ao texto original que foi

554 proposto, que foi colocado na condicionante, na época o superintendente Clésio –
555 isso consta do parecer que foi disponibilizado – alega justamente a dificuldade de
556 o órgão ambiental estar analisando o cumprimento dessa condicionante. Eu acho
557 que o endereçamento, no caso, o convite, uma carta-convite a determinadas
558 entidades, eu não vejo problema. A questão é o desenrolar das reuniões. E que às
559 vezes isso foi abarcado na manifestação até da Lígia. São quantas reuniões,
560 haverá quórum para participação, as reuniões serão convocadas com quanto
561 tempo de antecedência, com uma pessoa só eu posso considerar que a reunião foi
562 feita? Todas essas questões não foram abarcadas naquela condicionante. Quem
563 vai conduzir? O órgão ambiental? À época se manifestou pela dificuldade de o
564 órgão ambiental estar acompanhando, imagine conduzir. Aí eu não posso falar
565 porque não posso ser responsável por essa informação, porque aí caberia ao atual
566 superintendente falar sobre a possibilidade. E aí eu volto à fala do Dr. Felipe sobre
567 a Superintendência do Norte de Minas estar conduzindo essas reuniões, com as
568 suas marcações etc. Aí fica a carga da superintendência. Eu posso estar
569 informando o que foi discutido à época. Em virtude de todas essas questões e até
570 mesmo pela atipicidade dessa condicionante, a superintendência se manifestou
571 contrária à sua inclusão, sem prejuízo da sua alteração, até mesmo como bem
572 colocado pela Verônica. Nós a achamos beirando talvez algo que não estou
573 falando que seria ilegal, mas bem atípico do que estamos acostumados.
574 Lembrando que no Decreto 47.383 especifica como podemos e quais os critérios
575 e os requisitos para inclusão de uma condicionante. Mas aí vamos desenrolando
576 aqui a conversa, depois eu vou escutar aqui a representante da empresa.”
577 Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Sem querer me delongar mais na
578 discussão, mas só para termos realmente certeza do que vamos fazer aqui, eu
579 verifiquei aqui algumas informações do processo de licenciamento, e, de fato,
580 existe um PEA, e dentre vários objetivos, que nós conhecemos bem, as
581 comunidades, o atendimento aos impactados e toda essa disseminação de
582 informação e também levar conscientização daqueles mais próximos sobre a
583 atividade, isso foi tudo contemplado. Então eu acredito que talvez estejamos, de
584 fato, como a Verônica endossou, diante de uma condicionante talvez
585 desnecessária, repetitiva e pouco efetiva.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
586 Trovão: “Essa questão realmente foi até tratada. O programa de educação
587 ambiental e a comunicação com a comunidade são tratados dentro do PEA, e o
588 PEA passa por aprovação, inclusive, do órgão ambiental. O que é à época foi
589 aventado, e aí não pôde se discutir muito, porque a discussão, quando da inclusão
590 dessa condicionante, foi um adendo, se tratava apenas de supressão de
591 vegetação, não estávamos tratando de uma ampliação, de uma modificação, era
592 apenas a supressão. Porque, por segurança em relação ao projeto da mina, não
593 houve nem como estar discutindo o PEA, porque não era o objeto da pauta. Isso
594 vai ser objeto, inclusive, o PEA nós sabemos que tem que ser revisto em relação à
595 licença. A licença, se está com processo de renovação na superintendência, vai
596 ser julgada pelos senhores. Mas é por isso que esse assunto não foi abordado,

597 mas à época o argumento das pessoas que solicitaram a inclusão era de que a
598 comunidade às vezes não estava sendo ouvida pelo empreendimento.”
599 Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Ok, presidente, o que eu quis dizer
600 é o seguinte: não vamos deixar de atender as comunidades se essa condicionante
601 for excluída. É porque nós estamos diante de uma condicionante que pode não ser
602 efetiva, de difícil execução, como já falado, e no momento certo, pelo instrumento
603 correto, vinculado ao processo administrativo principal, vamos discutir essa
604 questão, se existem falhas, se não existem, com relação ao atendimento dos
605 anseios das comunidades próximas. Foi essa a minha preocupação.” Conselheira
606 Denise Bernardes Couto: “Em virtude dessa situação, tendo a empresa o PEA,
607 como já foi mencionado, eu acho que isso deve ser tratado por lá. Mas para saber
608 em que pé que está isso, se há a revisão do PEA, se já foi revisto ou não, como
609 ele está, se já está implementado, eu acho que seria de suma importância chamar
610 o empreendedor de uma vez para poder esclarecer esse ponto para nós. Porque
611 nesse caso é ele que vai ser crucial para esclarecer isso. O PEA nós sabemos que
612 existe, mas se ele já está atualizado e como que está sendo a aplicação dele. E aí,
613 claro, sendo o PEA atualizado, esse assunto pode, com certeza, ser tratado no
614 escopo do PEA, na sua atualização. Então eu gostaria realmente de ouvir o
615 empreendedor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou ouvir, Denise,
616 tenho certeza disso. Eu só preciso esgotar aqui com os senhores conselheiros.”
617 Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Já que foram feitas as manifestações da
618 Verônica, da Mariana, eu acho que a condicionante é desnecessária para nós que
619 não moramos a 400 m da cava. Então eu acho assim, dizer que uma condicionante
620 é necessária ou totalmente desnecessária eu acho que é uma questão de
621 referência. Para nós que fomos procurados pela comunidade para dizer que eles
622 estão tendo problema que não foi abordado dentro do PEA e que eles estão a 400
623 m da cava e que não estão conseguindo dialogar com a empresa, para nós essa
624 condicionante e se torna realmente necessária, que deveria ser cumprida e não
625 seria mais uma condicionante a ser descumprida. Existem diversas condicionantes,
626 Verônica, muito importantes dentro do processo de licenciamento hoje que são
627 descumpridas, que não conseguimos. Infelizmente a equipe de fiscalização de
628 cumprimento da SEMAD é ineficiente. A própria secretária já admitiu isso,
629 infelizmente, mas o que não deveria acontecer. Então eu acho que dizer que é
630 importante ou não é importante é uma afirmação um pouco difícil, é um terreno
631 complicado de se andar. Mas acho que vamos ouvir, sim, a manifestação do
632 empreendedor. Agora, Yuri e Mariana, quanto a ser uma supressão ou não,
633 aumento de cava, eu acho que foi o momento que se encontrou para que a
634 comunidade pudesse ser ouvida. É uma expansão de cava, independente que seja
635 para expansão ou aumento de cava que seja para segurança ou não. E, se a cava
636 está trazendo problema para a comunidade, por que não, o que nos impede,
637 legalmente, de incluir a condicionante neste momento? Eu não vejo, juridicamente,
638 nenhum impedimento de que a condicionante seja incluída neste momento, acho
639 que isso nem foi trazido ao processo. Então por que não discutir a condicionante

640 neste momento se há uma dificuldade de comunicação com a empresa? Quanto
641 às dificuldades de cumprimento da condicionante, não estamos dizendo que não
642 possa existir. Eu acho que pode existir, podemos discutir. O que eu acho é que é
643 diferente haver dificuldade de cumprir uma condicionante e propor outras
644 metodologias. Porque o que eu estou entendendo, até pela sua manifestação, por
645 exemplo, Mariana, é que a condicionante pode ser importante, pode não ser uma
646 condicionante, ser de outra forma, mas eu acho que precisamos de garantia de que
647 essa comunidade vai ser atendida. Da mesma forma que estou dizendo que não
648 estamos criando um grupo paralelo de fiscalização, não é esse o intuito, é abrir um
649 canal de diálogo com a empresa, mas realmente precisamos dessa segurança.
650 Então eu acho que simplesmente propor a exclusão da condicionante, todas essas
651 dificuldades, se vai haver quórum da reunião, tudo isso, escrevendo no papel, a
652 gente consegue enfrentar essas dificuldades. Mas eu acho que simplesmente
653 propor a exclusão da condicionante sem pensar que há um problema, de fato, com
654 a comunidade que vive a uma proximidade muito grande, 400 m de uma cava de
655 mineração é muito próximo. Eu acho que tem que se sensibilizar nesse sentido.
656 Nós não estamos impondo uma obrigação extremamente infactível para a
657 empresa, fazer uma reunião com comunidade, mensalmente, não é uma coisa
658 exorbitante, não tem um preço exorbitante, não estamos pedindo compensação.
659 Então eu acho que nós tínhamos que talvez pensar, em vez de simplesmente
660 excluir a condicionante, em formas exequíveis de cumpri-la, que fica fácil de
661 cumprir pela empresa, e da mesma forma possamos atender a demanda da
662 comunidade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em momento nenhum –
663 pelo menos eu não me recordo aqui – de falar da importância da comunicação da
664 empresa com a comunidade, isso é de suma importância, e nem precisaríamos
665 estar falando isso aqui também, porque o programa de educação ambiental trata
666 disso. Porque processos instruídos com EIA/RIMA têm que ter. Eu não analisei o
667 PEA nessa questão, mas provavelmente essas questões são até tratadas. Nós
668 estamos falando em relação à dificuldade de se estar analisando o cumprimento
669 dessa condicionante ou até mesmo, como proposto pelo Dr. Felipe, a
670 superintendência estar conduzindo tais reuniões. Mas isso nem está no texto. Nós
671 vamos discutir, e a Mônica, superintendente, está presente neste momento para
672 se manifestar quanto a essa possibilidade em uma eventual alteração de texto, que
673 podemos colocar em votação.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho:
674 “Eu acho que realmente talvez não tenha ficado claro na minha fala que eu não
675 discuti a importância da condicionante, eu discuti a eficácia do texto que foi posto.
676 Até ressaltei a importância do objetivo da condicionante, a relevância do objetivo,
677 só que, do jeito que está posto, isso cai, facilmente, judicialmente, isso cai,
678 facilmente, no meio judicial. Eu tenho uma dúvida referente à previsão de outras
679 formas desse diálogo, de abertura de diálogo entre a comunidade, se há e está
680 posto ou não. Também só colocar por colocar para tentar trazer alguma
681 tranquilidade que vai ser ilusória da comunidade eu não acho que tem justificativa.
682 Por isso que eu acho que o texto tem que ser trabalhado, melhorado, ou posta

alguma coisa que realmente vá funcionar. E aí eu queria saber se já há previsão de algum outro canal, de abertura de algum outro canal de diálogo entre comunidade e empreendimentos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Assim que eu esgotar com o conselho, eu passo para o empreendedor, que poderá se manifestar.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Depois da fala da Lígia, me tocou bastante aqui, que realmente acontecem casos onde a empresa acaba por deixar de envolver a comunidade por saber que existem divergências e realmente não é um trabalho fácil. Aqui em Paracatu, nós temos um belo exemplo de um diálogo complicado. Nós que somos pessoas que conversamos sobre o tema de água, conversamos sobre temas de meio ambiente e temos acesso a essas empresas. Mas em alguns casos a comunidade que é diretamente afetada não tem essa oportunidade. Isso eu falo com muita clareza, e tenho certeza absoluta que não é loucura o que estou falando. Entendo, assim como a Lígia, que não é difícil criar esse diálogo, não é difícil criar uma reunião. Não sei se o PEA vai ser suficiente. Obviamente, nós não estamos avaliando o PEA aqui neste momento. E não vejo o porquê de essa condicionante não ser colocada. Por mais que estão falando aí que poderá cair em meios judiciais, eu sou aquele que entende pela boa-fé da empresa. Se a empresa consegue desenvolver um bom trabalho, se a empresa pode desenvolver um bom trabalho, por que não fazer? E a comunidade, aquela pessoa, que muitas vezes é uma periferia, nós não estamos falando que é um advogado que mora ali. É realmente a periferia que mora próximo à mina, eles não têm essa oportunidade de dialogar e levar as suas demandas. Infelizmente, isso no Brasil ainda anda a passos de tartaruga, as empresas preferem fechar a porta, cumprir o que a lei manda, e a comunidade é que se vire para lá. E eu acho que não é por aí. É como eu trouxe aqui um exemplo um tempo atrás, existem casos onde a empresa prefere fechar a porta. Então é uma pena, e nós enquanto Conselho, eu acredito que nós podemos trabalhar para estimular que as empresas se conduzam, e aí é desenvolver um trabalho juntamente da comunidade, o que não é fácil. Eu entendo que não é fácil, mas tem que acontecer. Que seja por meio da Supram, que seja por meio do MP, que seja por meio do que for, mas nós temos que estimular isso. É a mesma coisa de falar em desenvolver projetos. Se muitas vezes não colocarmos obrigatoriedade de desenvolver um projeto, a empresa não vai fazer, porque é mais caro. É triste constatar isso, mas é verdade. Então é por isso, mais uma vez, que eu entendo que é, sim, necessário colocar essa condicionante, manter isso, para que a comunidade, sim, tenha a oportunidade de dialogar junto da empresa. Eu não vejo prejuízo disso. A empresa que vê dificuldade nisso, aí, sim, tenho pena dessa empresa.” Conselheiro Hércio Neves da Silva Júnior: “Bem parecido com uma outra Câmara, até que, se não me engano, Yuri, foi o senhor que presidiu, da CIF, me parece que a conversa está saindo um pouco do eixo do tema. A gente fica falando de intervenções ambientais para criação de uma área de segurança da cava, não estamos mudando o objeto aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não, Hércio, a discussão aqui é que houve, na reunião da CMI, onde houve o deferimento dessa supressão para

726 aumento da cava, estabelecimento dos taludes ali, houve a inclusão de uma
727 condicionante.” Conselheiro Hércio Neves da Silva Júnior: “Eu acho que é um
728 pouco em cima disso, talvez tenha sido a discussão na própria CMI na época, onde
729 essa condicionante foi aprovada. Eu estou vendo aqui, em que pese que o
730 empreendedor teve essa preocupação de estudar geológica e geotecnicamente
731 para chegar a essa conclusão, a segurança da comunidade do entorno era
732 importante, e ele teve que fazer esse tipo de intervenção. Eu acho que aqui, a
733 discussão, por isso que eu falo que ela sai um pouco do contexto, porque não
734 estamos discutindo aqui a não preocupação com as comunidades do entorno, eu
735 acho que aqui estamos discutindo se põe ou não uma condicionante. Me parece
736 mais um antagonismo nessa questão. A produção, a intervenção, tudo isso me
737 parece que é discutido no processo de licenciamento da cava. Então é um pouco
738 nesse sentido, me parece realmente que essa é uma discussão que se esvazia a
739 partir do momento que a própria Supram reconhece que não é viável o
740 cumprimento dessa condicionante. Então é mais isso, é só para termos cuidado,
741 se estamos discutindo aqui a minha razão ou se, de fato, estamos discutindo aqui
742 algo importante para a comunidade. Porque não me parece que a comunidade está
743 sendo desprestigiada em momento nenhum nessa discussão, que está sendo
744 ignorada, maltratada. Pelo contrário, muito sensível a uma comunidade que mora
745 próximo a uma cava de mina. Realmente, não é fácil, não é legal, mas aqui estamos
746 discutindo a intervenção de supressão para ampliação dentro de uma realidade de
747 estabilidade do empreendimento. Eu tenho muito medo que intervenções
748 ambientais, quando aprovamos uma condicionante dessa, criem-se comitês para
749 analisar, para ver o impacto na vizinhança, seja em ambientes urbanos, seja em
750 ambientes rurais. Não é nem tanto a condicionante, mas talvez o que provoque
751 isso para o futuro. Então eu vejo totalmente descabido talvez inserir uma
752 condicionante para uma intervenção ambiental no caso. É mais nesse sentido. Eu
753 vejo que vamos saindo um pouco do foco. Apesar de a condicionante já existir, ela
754 continua sendo discutida exatamente pela inviabilidade dela. Então talvez seja o
755 caso aqui de todo mundo abaixar um pouquinho as armas e olhar o processo por
756 um outro espectro e talvez o licenciamento ambiental, as discussões ambientais
757 do Estado de uma outra forma, como isso pode ser transmitido daqui para frente.
758 Eu acho que o estudo, o plano de educação ambiental já contempla isso, não
759 podemos mais ficar criando comitês paralelos, câmaras paralelas ou consultas
760 paralelas. Está se transformando a discussão ambiental num ‘grande irmão’, onde
761 todo mundo toma conta de todo mundo, e fica um ambiente muito instável até o
762 próprio meio ambiente. É mais nesse sentido.” Conselheiro Enio Marcus Brandão
763 Fonseca: “Presidente, eu vou pedir uma questão de ordem. A minha fala vai se
764 remeter à superintendente, e eu gostaria de pedir uma inversão para aquilo que eu
765 vou falar, porque a palavra da superintendente é o objeto de que seja necessária
766 a manifestação do órgão ambiental como um orientador em relação a tudo isso que
767 foi discutido agora. Então eu peço a vênica para falar primeiro que ela.” Presidente
768 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Dr. Enio.” Conselheiro Enio Marcus

769 Brandão Fonseca: “Muito obrigado, presidente, senhores conselheiros. Nós
770 estamos aqui na Câmara Normativa e Recursal, neste momento, eu represento o
771 Ministério do Meio Ambiente, mas vou dizer que, enquanto Ibama, eu participo da
772 Câmara de Mineração. Esse é um processo vinculado a um licenciamento em
773 curso dentro do nosso Sistema de Meio Ambiente e que tem na superintendência
774 responsável pelo licenciamento toda a condução do estudo da viabilidade,
775 obedecidos todos os inputs que compõem esse processo. A discussão feita aqui
776 hoje mostrou que vários conselheiros têm uma percepção sobre a mesma situação
777 às vezes diferente ou divergente, mas eu entendo que em qualquer situação, em
778 qualquer empreendimento, havendo a existência de risco para comunidades que
779 estejam próximas ao empreendimento, que não existam os instrumentos dentro do
780 processo de licenciamento, dentro da governança da própria empresa na sua
781 execução da sua atividade, os mecanismos capazes de mitigar, de equacionar
782 esses riscos, sobretudo aqueles que envolvem as pessoas. E de alguma maneira
783 isso faz parte do processo do licenciamento, das condicionantes que estão lá
784 dentro. Aí a pergunta que eu dirijo à nossa superintendente no contexto, diante da
785 colocação dessa nova condicionante, é o que nos orienta o órgão coirmão do
786 Ibama responsável pelo processo de licenciamento com relação à necessidade de
787 mais um instrumento de comando, de obrigação, ou se aqueles instrumentos já
788 existentes dentro do processo são suficientes para garantir a governança
789 institucional do poder público sobre esse empreendedor e sobre o risco das
790 pessoas. É apenas essa pergunta para ouvir, então, a posição do órgão ambiental,
791 depois de toda essa discussão.” Mônica Veloso de Oliveira/Supram Norte de
792 Minas: “Boa tarde a todos. Enio, eu vou te responder primeiro, antes de fazer a
793 minha fala. Sim, acho que os instrumentos já existentes são suficientes para poder
794 fazer esse controle. E acredito o seguinte, que essa condicionante posta, de
795 quesito operacional e de avaliação ambiental, não vai ter tanto efeito. Para nós,
796 como o Clésio já havia dito na outra reunião em que foi pautado, nós não temos
797 condições de equipe, não temos condições de acompanhar e quem dirá de
798 coordenar um grupo nessa situação. Sim, nós estamos aqui para regularizar, para
799 conceder ou não, mas não para participar nesse âmbito de construção, que é uma
800 obrigação do empreendedor. E tudo que já foi posto no processo, ele já está apto
801 a garantir o que precisamos. Senhor presidente, eu queria só manifestar com a
802 mesma fala do Clésio, da outra reunião, como eu havia dito. O superintendente
803 anterior. Porque as condições na Supram permanecem, e nós não temos, de fato,
804 condições de fazer o acompanhamento desse grupo de trabalho e nem muito
805 menos de coordenar. Nós não temos equipe nem temos condições técnicas para
806 isso. Então eu mantenho a posição com relação à exclusão.” Presidente Yuri
807 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu agradeço à superintendente Mônica pela
808 manifestação, a posição da Supram Norte dada, ou seja, pela manutenção da
809 exclusão. Eu volto ao Conselho. Se não houver, eu vou chamar a Sra. Thábata,
810 representando a empresa, para se manifestar.” Thábata Silva/Mineração Riacho
811 dos Machados: “Acerca do recurso administrativo, como os senhores já têm amplo

812 conhecimento das razões recursais, e como já foi discutido aqui, de fato, a
813 condicionante, da forma como estabelecida, é completamente inexecutável por
814 parte do empreendedor porque englobaria a necessidade de nós termos envolvidos
815 outros atores no cumprimento, na instituição desse grupo de discussão, e o
816 empreendedor não teria condições de estabelecer e obrigar esses atores a
817 participarem desse grupo de discussão. De todo modo, e já endereçando aqui
818 alguns questionamentos que foram feitos pelos senhores conselheiros, a
819 Mineração Riacho dos Machados adota esse diálogo com a comunidade sempre,
820 não só em razão do cumprimento das condicionantes, mas pela própria
821 proximidade que objetiva sempre ter e estabelecer com a comunidade. Em relação
822 ao PEA, que foi abordado aqui, questionado diretamente pela conselheira Denise,
823 o programa de educação ambiental da MRM foi, inclusive, recentemente,
824 atualizado. Temos no empreendimento, além da Licença de Operação, a licença
825 da barragem de água do empreendimento, que foi renovada em 2020. Como
826 condicionante estabelecida na licença da barragem de água do empreendimento,
827 foi determinada a atualização do PEA, foi determinado o prazo de 360 dias para o
828 cumprimento dessa condicionante, e o PEA foi devidamente atualizado e,
829 recentemente, apresentado. Foi apresentado, na verdade, em janeiro de 2021 e
830 está para avaliação e revisão por parte da Supram. E nessa revisão do PEA ele
831 seguiu todas as diretrizes estabelecidas atualmente pelo órgão ambiental, seguiu
832 os requisitos das Deliberações Normativas 214/2017 e 238/2020. Então, inclusive,
833 o diagnóstico socioparticipativo, que teve participação das comunidades, inclusive,
834 não só com os questionamentos prévios, mas com as devolutivas das
835 comunidades acerca das suas ponderações em relação ao empreendimento e de
836 todas as eventuais contribuições acerca da operação do empreendimento. Então
837 o PEA foi atualizado. Apesar de ter sido apresentado no âmbito do processo da
838 barragem de água, ele engloba toda a operação do empreendimento. Informa
839 sobre a barragem de água, mas a cava também. E contou então com todos os
840 requisitos acerca da comunicação com a comunidade, e a MRM sempre prezou e
841 continuará a prezar, independente da exclusão ou não da condicionante, por esse
842 diálogo com a comunidade. Já temos outros elementos de diálogo com a
843 comunidade, e por isso, como já foi pontuado aqui também pelos conselheiros,
844 essa condicionante, além de impossível de ser cumprida por parte do
845 empreendedor, por envolver a obrigação de participação de agentes externos,
846 seria inócua porque empreendedor já atualizou, recentemente, por meio do PEA,
847 a participação das comunidades em relação ao empreendimento. Eu fico à
848 disposição caso seja necessário algum esclarecimento adicional por parte dos
849 conselheiros.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Thábata, em relação
850 àquela proposição que foi feita pela Lígia, não sei se você se recorda. Até uma
851 proposição da alteração. Haveria concordância do empreendimento com aquela
852 proposição ou, pela empresa, vocês permanecem pela exclusão da mesma, seja
853 qualquer alteração que vier?” Thábata Silva/Mineração Riacho dos Machados: “A
854 princípio, o empreendedor, de fato, não veria sentido na manutenção até com a

855 proposta apresentada pela Amda, porque nós já temos todos esses programas de
856 relacionamento com a comunidade, que, inclusive, foram recentemente
857 atualizados. O PEA foi atualizado, até o protocolo do PEA é recente. Se eu me
858 recordo em relação aos pareceres dos conselheiros que foram apresentados na
859 retirada de pauta anterior, eles são de antes disso. Então após essas
860 considerações que a Amda já fez, esse diálogo que a Amda teve com a
861 comunidade, a elaboração do parecer, o empreendedor já fez essa aproximação e
862 as adequações necessárias no PEA. Então a princípio nós não veríamos razão
863 para manutenção, ainda que com as alterações sugeridas pela Amda.” Conselheira
864 Lígia Vial Vasconcelos: “Eu só queria colocar dois pontos. Um em relação à
865 Supram, ao órgão ambiental. Dizer o seguinte. Primeiro que a ausência de equipe
866 do órgão ambiental não pode ser justificativa para impor ou não uma condicionante
867 que é importante, vamos dizer assim. Eu acho que o órgão ambiental pode julgar
868 a condicionante como desnecessária em função da não importância técnica da
869 condicionante, mas eu acho que dizer que não há equipe suficiente eu acho que
870 tem que haver uma proposição então de uma alternativa, se a ineficiência é a
871 insuficiência de equipe hoje dentro do Estado. Mas eu não acho que essa pode ser
872 uma justificativa para não imposição de uma condicionante, se ela é considerada,
873 pelo órgão ambiental, importante. Com relação à manifestação do empreendedor
874 envolvendo ainda o órgão ambiental, uma coisa que eu ia dizer é que nós
875 apresentamos esse parecer no ano passado; depois desse tempo todo volta sem
876 qualquer manifestação. Ou seja, não sabemos em que pé que está a comunidade
877 com o empreendedor, o que poderia facilmente ser resolvido nesta reunião. Se
878 tivesse tido uma análise, por exemplo, do órgão ambiental, da situação em que se
879 encontra a comunidade, se tivesse tido uma análise, por exemplo, do PEA que foi
880 apresentado em relação aos problemas da comunidade devido à proximidade com
881 a cava, para que pudesse tranquilizar, inclusive, nós conselheiros que pedimos
882 vista e fomos procurados pela comunidade. Mas assim ficamos totalmente no
883 escuro, pelo menos nós que estamos preocupados com a situação dessa
884 comunidade. Então fica a palavra do empreendedor contra a palavra da
885 comunidade, e nós ficamos sem essa segurança de que os anseios pela
886 comunicação vão ser realmente implementados. Não é duvidando da palavra do
887 empreendedor, mas a simples manifestação aqui nesta reunião não pode
888 simplesmente aferir segurança para mim de que os anseios pela comunicação pelo
889 empreendimento vão ser assegurados. Se com o PEA anterior não tinham sido
890 assegurados, por que com esse será diferente? Então eu acho que tudo isso, se
891 tivesse tido uma análise pelo órgão ambiental, trazida ao Conselho, ‘olha, devido
892 à proximidade com a cava de 400 m, os problemas que estão tendo, o órgão
893 ambiental procurou a comunidade, fez essa interface com o empreendedor’... Eu
894 acho que é para isso que serve o licenciamento. Se o órgão ambiental entendi que
895 não é esse o papel dele, que procurasse outro órgão, então, do governo que
896 pudesse fazer essa interface. Eu acho que tem que ser trazida ao Conselho essa
897 segurança de que estamos votando um processo em que uma comunidade que

898 vive a 400 m de uma cava com detonação – eu acho que todo mundo tem que se
899 colocar nesse lugar – possa viver no mínimo em paz. Porque realmente é uma
900 situação extremamente atípica. Então eu acho que, devido a toda essa
901 insegurança, realmente, mesmo com o PEA novo, não tem como ainda retirar essa
902 condicionante totalmente, sem assegurar que os anseios da comunidade, que são
903 o mínimo do diálogo com o empreendimento, sejam assegurados. Eu peço que
904 conste em ata, porque as manifestações são as seguintes: que é impossível,
905 inexecutável o cumprimento da condicionante porque envolve terceiros. Estão
906 anexadas no processo as manifestações de todos os terceiros favoráveis ao
907 cumprimento da condicionante, dizendo que querem, sim, participar do grupo de
908 trabalho: Ministério Público, a comunidade, todos que estão listados na
909 condicionante manifestaram, formalmente, que querem, sim, participar do grupo de
910 trabalho, que acham importante a manutenção da condicionante. Então eu não
911 entendo por que continua com esse argumento. Então eu peço que conste em ata
912 que esse documento existe e está anexado no parecer de vista que nós
913 propusemos. E quanto à inexecutabilidade de aferição, como vocês colocaram, ata
914 de reunião, como que vai ser o quórum, eu acho que isso é perfeitamente possível
915 e ajustável dentro de um texto de uma condicionante, se há espaço para discussão.
916 Eu acho que, inclusive, poderia ter sido pensado pelo órgão ambiental antes de ter
917 trazido ao Conselho. Mas eu deixo essa reflexão.” Presidente Yuri Rafael de
918 Oliveira Trovão: “Pelo órgão ambiental, eu esclareço o seguinte. Em relação ao
919 programa de educação ambiental, ele está sendo analisado, então isso não era
920 objeto aqui da discussão, e nós não iríamos trazer essas questões aqui para o
921 debate. Até falei isso mais cedo com o Dr. Felipe, que o objeto do recurso é apenas
922 sobre uma condicionante. Inclusive, naquele momento, o Clésio, quando era ainda
923 superintendente, se manifestou contrário à mesma, com as mesmas explicações
924 ora dada aqui pela atual superintendente. Então é por isso que a superintendência
925 não trouxe essas questões. Em relação ao processo, se a comunidade está sendo
926 ouvida, ou não, se o programa de educação ambiental está sendo, efetivamente,
927 cumprido, está sendo também objeto de análise pela superintendência no processo
928 de renovação da licença. Então são questões atinentes, e esse foi um dos relatos
929 que nós fizemos no momento da inclusão dessa condicionante, do adendo ao
930 processo de licenciamento, que ela seria melhor discutida dentro do processo de
931 licenciamento ambiental quando fosse avaliada a renovação da licença mãe do
932 empreendimento. Então todas essas questões foram levantadas no momento da
933 reunião da CMI.” Conselheiro Adenilson Brito Ferreira: “Senhor presidente, eu
934 queria só tirar uma dúvida com a representante da empresa. Salvo engano, ela já
935 foi categórica em afirmar que o empreendimento tem contato e diálogo direto com
936 os representantes da comunidade. Eu queria confirmar realmente com qual
937 frequência e como é feito esse diálogo e se tem registro, se isso está registrado no
938 empreendimento, por gentileza.” Thábata Silva/Mineração Riacho dos Machados:
939 “Boa tarde, conselheiro. Eu posso verificar e confirmar a informação sobre se esses
940 diálogos são registrados. O que eu já posso afirmar de pronto ao senhor é que, em

relação ao PEA que foi elaborado recentemente, eu até me equivoquei quanto às datas, ele foi protocolado agora em outubro de 2021, e as reuniões iniciais que foram feitas em relação à elaboração do diagnóstico socioparticipativo foram realizadas em janeiro de 2021 e contemplaram todas as comunidades envolvidas. Então, aí, sim, nós temos registro de todas as reuniões que foram realizadas com as comunidades, inclusive das devolutivas, elas são todas registradas no PEA que foi apresentado agora em outubro, cumprindo os requisitos de elaboração do PEA. Está tudo registrado, já foi protocolado o atendimento às condicionantes da Licença de Operação da barragem de água. Então todos os registros nós temos. E só para complementar, eu já confirmei aqui a informação, sim, nós temos os registros dos diálogos com as comunidades, temos reuniões mensais, e elas são apresentadas no cumprimento a outra condicionante, da Licença de Operação 007/2015, no âmbito do processo de licenciamento principal do empreendimento, que está em processo de renovação da licença.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Salvo engando, esse empreendimento tem 57 condicionantes. Depois confirma, por favor, representante da empresa. E várias delas em relação à comunicação com a comunidade.” Thábata Silva/Mineração Riacho dos Machados: “Os relatórios são anuais. As reuniões são realizadas mensalmente com as comunidades, e os relatórios são apresentados anualmente para cumprimento da periodicidade estabelecida na condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, creio que esgotamos aqui a discussão sobre esse tema. Eu vou colocar em votação a exclusão ou não da condicionante nº 19 do item 7.1. Em votação, então, senhores conselheiros, lembrando que o parecer da superintendência é pela exclusão da condicionante. Assim, quem votar conforme a superintendência está votando pela exclusão.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal